



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AMANDA FERREIRA DE LIMA

**Mulheres-professoras:** uma abordagem histórica para se pensar a trajetória e permanência de mulheres na docência na primeira metade do século XX no Estado do Pará

BELÉM – PA

2023

AMANDA FERREIRA DE LIMA

**Mulheres-professoras:** uma abordagem histórica para se pensar a trajetória e permanência de mulheres na docência na primeira metade do século XX no Estado do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Instituto de Ciências da Educação (ICED-UFPA), Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Dra. Adriane Raquel Santana de Lima.

BELÉM – PA

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

D278m DE LIMA, AMANDA FERREIRA.

Mulheres-professoras: : uma abordagem histórica para se pensar a trajetória e permanência de mulheres na docência na primeira metade do século XX no Estado do Pará / AMANDA FERREIRA DE LIMA. — 2023.

42 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adriane Raquel Santana de Lima.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, , 3, Belém, 2023.

1. Educação. 2. Mulheres. 3. Professoras. I. Título.

CDD 371.0098115

---

AMANDA FERREIRA DE LIMA

**Mulheres-professoras:** uma abordagem histórica para se pensar a trajetória e permanência de mulheres na docência na primeira metade do século XX no Estado do Pará

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Instituto de Ciências da Educação (ICED-UFPA), Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Dra. Adriane Raquel Santana de Lima.

Data da aprovação: \_\_11\_\_/\_07\_\_/\_2023\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Nome completo do(a) orientador(a) precedido de titulação  
Instituição a que pertence

---

Nome completo do(a) examinador(a) precedido de titulação  
Instituição a que pertence

---

Nome completo do(a) examinador(a) precedido de titulação  
Instituição a que pertence

BELÉM – PA

2023

Dedico este trabalho a minha mãe,  
Jacira, a educadora que mais admiro.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro, agradeço a Deus, que esteve comigo em todo este trajeto de estudos, que me deu consolo nos momentos mais difíceis e força para prosseguir com meus objetivos.

Agradeço hoje e para sempre a minha mãe Jacira (Betinha), por ser meu porto seguro todos os dias, minha maior incentivadora na jornada de estudos e de busca por conhecimento. Ela sempre deixou claro que na vida podemos até não chegar no lugar que sempre sonhamos, mas chegaremos em algum lugar bom se prosseguirmos nossa caminhada com fé e amor. Amo você mãe, esse trabalho só existe porque você me incentivou desde muito cedo a amar os livros e ter sede por leitura e escrita, você é meu maior exemplo de resiliência, ainda me pergunto às vezes como pode existir uma mulher tão forte quanto você.

Quero deixar minha mais sincera gratidão a meu pai, que sempre me ajudou com as viagens que precisei fazer (todo fim de semana), seu apoio foi primordial para que eu não desistisse pai, amo você.

Agradeço aos meus irmãos que mesmo de longe sempre torceram e se preocuparam comigo, Wellen (*in memorian*), Weliton, Weverson e Winglid, amo vocês e agradeço por este espaço de tempo que podemos dividir. Um agradecimento especial a minha primeira sobrinha, Maysa, que sempre me lembra como é ser criança quando nos juntamos para brincar, a tia ama você hoje e para sempre!

A todos da minha família que me apoiaram e incentivaram, meus primos que são professores já formados e que receberam com alegria a notícia de que a família teria mais um membro ingressando na área da educação quando passei no vestibular, em especial a minha tia Oneide Ferreira (*in memorian*), que sempre me convidou pra tomar café na casa dela e me apoio continuamente com palavras de incentivo e muito carinho. Aos meus amigos que foram minha casa em uma cidade que ficava tão longe da minha casa, mas que foram meu lar por dias ou semanas. Em especial a Jéssica Miranda, que foi minha segunda casa, que me incentivou a amar o bairro do Guamá e os passeios pelo comércio de Belém. A Euda que sempre me recebeu na sua casa com muito amor. A Lizandra que me apoia com seus toques de racionalidade sempre que pode. A Ísis Bem que topou dividir seu quarto e sua vida comigo, quando eu nem imaginava onde conseguiria morar. A todos os amigos, parentes que estiveram comigo nos momentos de dificuldades ou de conquistas, meu muito obrigada.

Agradeço a todos os docentes que atravessaram minha vivência nesses anos de estudos na UFPA, em especial a minha orientadora Adriane Raquel, que me trouxe um leque de opções de temas para escrever e que ministrou a disciplina eletiva que mais gostei de cursar. Um grande abraço professora, obrigada, você me inspira. A todos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente em algum auxílio e contribuição com este trabalho, meus mais sinceros agradecimentos!

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a trajetória das mulheres paraenses no campo da educação na primeira metade do século XX, enfatizando a formação de meninas e seu

cotidiano nas instituições nesse período em questão e formação de mulheres professoras, a árdua trajetória e os percalços para o ingresso e continuidade da carreira em um início de século severamente marcado por discriminações e resistências a entrada e permanência da mulher nas instituições de ensino como professoras e os resultados dessas mudanças sociais, que começaram a impulsionar cada vez mais as mulheres a ocuparem espaços públicos, obter renda financeira, autonomia e ocupar cargos socialmente reconhecidos, rompendo com as regras da domesticação feminina.

**Palavras-chave:** educação; mulheres; professoras.

#### **ABSTRACT**

This work aims to discuss the trajectory of women from Pará in the field of education in the first half of the twentieth century, emphasizing the formation of girls and their daily lives in institutions in that period in question and the formation of women teachers, the arduous

trajectory and the mishaps for the entry and continuity of a career at the beginning of the century severely marked by discrimination and resistance to the entry and permanence of women in educational institutions as teachers and the results of these social changes, which have allowed more and more women to occupy public spaces, obtain financial income, autonomy and occupying socially recognized positions, breaking with the rules of female domestication.

**Key-words:** Education; women; teachers.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2. CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DESTINADA A MENINAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ</b>	15
<b>3. CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO PARÁ</b>	27
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	35
<b>REFERÊNCIAS</b>	37

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a disciplina de Educação Popular Feminista na Amazônia, cursada em 2021, ministrada pela professora Adriane Raquel Santana de Lima, surgiram as motivações para este trabalho. Atualmente, essa disciplina é uma opção eletiva no curso de pedagogia da Universidade Federal do Pará. Ela nos incentivou a refletir e investigar os processos envolvidos na jornada das mulheres na docência, especialmente aquelas pertencentes às classes mais necessitadas. Além disso, demonstrou como a educação é fundamental para a construção de uma comunidade escolar afetuosa, capaz de promover mudanças positivas. É nesse contexto social que se originam, em grande parte, os resultados benéficos da participação feminina.

Outra motivação que destacamos é do campo familiar, de mulheres da minha família que são professoras, as quais derivam de famílias pobres e que durante suas trajetórias enfrentaram inúmeras dificuldades para se estabelecerem como profissionais respeitadas. Como exemplo, citam-se as diversas dificuldades financeiras que foram limitantes de muitos sonhos e objetivos, a ausência de incentivo da família, a maternidade solitária, visto que algumas tiveram mais de dois filhos durante o curso dos seus estudos e posteriormente ao ingresso no trabalho e a tripla jornada (trabalho doméstico, filhos, estudo, trabalho fora de casa). Diante desse cenário de contratempos, essas mulheres conseguiram consolidar suas carreiras na área da docência através de luta, persistência e resistência.

Nesse contexto, partimos do artigo intitulado “História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX”, no qual Silva e Sabino (2021) trazem como fonte de pesquisa a Revista Escola: Revista do professorado do Pará. A partir disso, as autoras discorrem sobre a falta de reconhecimento da mulher no campo da intelectualidade e a invisibilidade feminina em documentos e estudos que mostram como elas fizeram parte e estiveram intrinsecamente ligadas ao meio da educação paraense, ou seja, apesar das mulheres paraenses ocuparem espaços vitais na área educacional, pouco se fala ou se valoriza historicamente a contribuição das mesmas nessa questão. Partindo desses fatos históricos explorados no artigo é evidente que a permanência da mulher na atuação docente diversas vezes passou por complicações por conta da falta de incentivo e pela desvalorização da escolha da profissão.

Desta forma, destacamos importância dessa temática para refletir e contribuir para a história das mulheres paraenses e para a memória da educação de mulheres no Estado do Pará, que estiveram e, não esquecendo a atualidade, estão ligadas à docência e continuam conquistando e lutando por sua independência financeira, autonomia intelectual e liberdade

emocional por meio da prática docente, visto que durante a pesquisa foram encontrados trabalhos que atravessam esta temática, mas não especificamente com o recorte encontrado nesta pesquisa.

A problemática central desta investigação parte do seguinte questionamento: quais as dificuldades enfrentadas pelas mulheres-professoras durante sua trajetória docente na primeira metade do século XX no estado do Pará? Buscando responder a estas indagações, focamos nossa pesquisa em analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres professoras durante sua trajetória docente na primeira metade do século XX no Estado do Pará, para dessa forma, compreender a história da formação escolar dessas mulheres na primeira metade do século XX e identificar as dificuldades vividas por mulheres-professoras no exercício da profissão naquele contexto.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual segundo Minayo (2017, p. 2):

[...] a pesquisa qualitativa, usando-se a linguagem de Kant, busca a “intensidade do fenômeno”, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com sua dimensão sócio cultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas.

Além disso, optamos por trazer o tipo de pesquisa bibliográfica, as quais Severino (2013) destaca que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses e etc. Escolhemos esse caminho metodológico, porque acreditamos que responde melhor ao problema desta pesquisa. Estaremos trabalhando com fontes secundárias e por essa razão destacamos alguns critérios para produção de dados/corpus da pesquisa: 1 - formação de meninas no Pará no início do século XX, compreendendo o período de 1900 a 1950, 2 - formação de professoras no estado do Pará.

Para o levantamento bibliográfico, recorreremos a sites como: *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Google Acadêmico*, *Researchgate.net*, Portal de Periódicos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), com os seguintes descritores: mulheres professoras, primeira metade do século XX, educação de mulheres. A partir disso, acreditamos que é notório que existem muitas produções acerca de mulheres professoras, principalmente as que advêm da classe trabalhadora, mas que infelizmente ainda não possuem grande notoriedade, pois esse tema é de grande valor e fundamental para a compreensão educativa da sociedade em que vivemos.

Na intenção de obter o entendimento sobre o contexto de resistência feminina na área da educação, em uma sociedade que por sua vez está enlaçada em profundas raízes machistas, sexistas e fragmentada pelos papéis de gênero, essas reflexões nos induzem a pensar como as mulheres das classes mais pobres na primeira metade do século XX se estabeleceram como professoras. O quadro abaixo demonstra o Estado da Arte sobre a temática que norteou esta pesquisa.

**Quadro 1 - Levantamento bibliográfico**

Autor(a)	Ano	Título	Resumo	Instituição
SILVA; Livia Sousa da SABINO; Elliane Barreto.	2021	História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX	O texto discorre sobre o protagonismo das mulheres na área da educação na primeira metade do século XX, na cidade de Belém do Pará e destaca as poucas produções feitas sobre o tema. Usam como fonte principal a Revista Escola: Revista do professorado do Pará.	Universidade do Estado do Pará (UEPA)
MACHADO; Rita Correa.	2022	Nísia Floresta: Pensamento pedagógico-feminista	O texto expõe conjecturas pedagógicas da autora que é uma pioneira da educação e do pensamento feminista no Brasil, através de três obras: Opúsculo Humanitário, A mulher e o poema “As lágrimas de um Caeté”.	Universidade do Estado do Pará (UEPA)
ALVES; Zélia Maria Mendes Biasoli	2022	A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX	O texto se debruça sobre as práticas educacionais existentes no seio familiar e como essas práticas influenciam a nova geração. Para isso, analisa a relação da criança com a geração mais velha, o valor atribuído à obediência e como o espaço onde a criança se insere pode auxiliar na construção da autonomia.	Universidade Católica de Salvador (UCSal)

ALVES; Zélia Maria Mendes Biasoli	1997	Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança	O texto traz discussões sobre a influência familiar na vida da criança, por razões da família ser para muitas crianças a primeira instituição onde estão inseridas. Enfatiza que muitos comportamentos sociais de adultos passaram pelo processo de maturação no espaço da convivência familiar, pois a família influencia fortemente na formação da criança	Universidade de São Paulo (USP)
ALMEIDA; Jane	2000	As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania	O texto aborda os direitos das mulheres, que são lutas constantes existentes em uma sociedade marcada pela autoridade masculina, enfatizando que as lutas por direitos das mulheres englobam também o acesso à educação, que foi um fator primordial para a transposição delas do espaço doméstico para o espaço público.	Universidade Estadual Paulista em Araraquara (Unesp)
SOUSA; Celina Maria Paes de	2015	Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas	O trabalho tem como eixo principal a investigação histórica da educação feminina no estado do Pará, em especial as meninas desvalidas do território paraense, que estavam em condição de órfãs e pobres e que eram atendidas no Instituto Gentil Bittencourt no início do século XX.	Universidade Federal do Pará (UFPA)

ALVES; Laura Maria Silva Araújo	2018	Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas desvalidas nas instituições de assistência no Pará (1850-1910)	O texto apresenta o contexto da trajetória de duas instituições de educação que atendiam meninas desvalidas na cidade de Belém do Pará, o Colégio Nossa Senhora(1838) do Amparo e o Orphelinato Paraense(1893), que eram instituições com dinamismo de política higienista, assistencialista e de caridade	Universidade Federal do Pará (UFPA) Instituto de Ciências da Educação(ICED)
SILVA; Tayana Helena Cunha .SABINO; Elianne Barreto SILVA; Livia Sousa ALVES; Laura Maria Silva Araujo Alves	2019	As práticas educativas da congregação Filhas de Sant'ana na educação das meninas desvalidas do Pará no início do século XX	O artigo analisa a execução da política de assistência através da ação da congregação Filhas de Sant'ana, identificando as práticas educativas que compunham as atividades realizadas pela congregação	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
LOURO; Guacira Lopes	1997	Mulheres na sala de aula	O texto traz um contexto histórico da formação da mulher no período entre o fim do século XIX e início do século XX, a introdução feminina na carreira da docência, a transição de normalistas a professoras e as dificuldades das mulheres em consolidar a permanência na profissão.	Editora Contexto

Fonte: LIMA, Amanda Ferreira de (2023).

A leitura desse corpus será segundo Bardin (2016) análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Quanto a estrutura da pesquisa, este trabalho está dividido em eixos temáticos, expostos em dois capítulos, no primeiro compreenderemos a história da formação escolar das mulheres paraenses durante o início do século XX e como funcionava o cotidiano dessas meninas em algumas escolas paraenses e no segundo compreenderemos a formação de professoras no estado do Pará no início do século XX, para ser possível identificar as dificuldades encontradas por essas professoras paraenses na trajetória da profissão.

## **2. CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO DESTINADA A MENINAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ**

No início do século XX, a educação brasileira enfrentava desafios significativos no que diz respeito ao acesso às instituições educacionais. Essa é uma dimensão crucial da história da educação no país que frequentemente é negligenciada nas análises. A falta de acesso à educação afetava particularmente as mulheres, que encontravam ainda mais obstáculos para ingressar no sistema educacional.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a educação era considerada um privilégio restrito a determinados grupos sociais, principalmente à elite masculina. A maioria da população, incluindo mulheres e pessoas de baixa renda, tinha acesso limitado ou praticamente inexistente à educação formal. Essa falta de acesso contribuía para a reprodução das desigualdades sociais e de gênero, perpetuando um sistema que marginalizava as mulheres e as privava das oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Para as mulheres, a situação era ainda mais desafiadora. Além das barreiras socioeconômicas, havia também normas culturais e expectativas de gênero que limitavam suas possibilidades de acesso à educação. Muitas vezes, esperava-se que as mulheres se dedicassem exclusivamente às tarefas domésticas e ao cuidado da família, restringindo suas aspirações e seu potencial de realização pessoal e profissional.

Esse aspecto tornava-se especialmente evidente no contexto da educação infantil. As extensas discussões existentes no Brasil sobre sua implementação começaram a se concretizar de forma mais eficaz no século XX, o que resultou em mudanças significativas na expansão das instituições educacionais. É nessa perspectiva de transformações e avanços no acesso à educação por meio das instituições educacionais em geral que podemos compreender historicamente a formação de meninas e mulheres durante o período abordado neste trabalho, bem como alguns aspectos relevantes das experiências dessas meninas nos colégios paraenses. Esses aspectos incluem as particularidades do ensino oferecido às meninas pobres e o conjunto

de conhecimentos que não estavam disponíveis para elas, sendo aspectos essenciais a serem considerados nesta pesquisa.

A educação das crianças durante esse período em nosso país apresentou aspectos significativos para a compreensão da formação das meninas. Um desses aspectos é a convivência familiar, que está relacionada aos valores e práticas de um determinado contexto histórico. Segundo Biasoli-Alves (1997) citado por Gomes (1990), temos

[...] A família tem especificidades que a distinguem de qualquer outra instituição e nela se defrontam e se compõem as forças da subjetividade e do social. Portanto, ao assumir a socialização ela levará a criança, como sujeito de aprendizagem social, a interiorizar um mundo mediado, filtrado pela forma de se colocar frente a ele; assim, os padrões, valores e normas de conduta do grupo social em que ela está inserida serão transmitidos de modo singular à geração mais nova, que por sua vez irá assimilá-los segundo suas idiossincrasias.

A família, neste caso, por ser em grande parte a primeira instituição onde a criança se insere socialmente, é responsável por uma ampla participação na formação do indivíduo, repassando transmitindo os valores e práticas existentes dentro de casa; essa por sua vez, também passará por um processo de reprodução desses padrões na continuidade social da sua vida, tendo a oportunidade de analisar o que aprendeu e absorveu com seu convívio familiar através de seu contato com o mundo e suas relações sociais e implicado a essa realidade temos ainda a veracidade da vida das crianças pobres, crianças órfãs, meninos e meninas que não experimentaram crescer em um seio familiar estruturado ou com parentes próximos, necessitando da tutela de desconhecidos e de instituições de assistência e caridade.

Podemos notar ainda que a estrutura educacional na primeira metade do século XX acompanhava o período histórico que prevalecia naquele momento, ou seja, o acesso à educação acompanhava condutas existentes naquele ciclo. Para Cury (2005, p. 18), o direito à educação decorre, pois, de dimensões estruturais coexistentes na própria consistência do ser humano quanto de um contexto histórico específico. Os direitos das crianças demoraram a se consolidar ao longo da história e no século XX ganham visibilidade. Na visão de Marcílio (1998), é no século XX que a criança começa a ser reconhecida como um ser humano especial, que tem suas necessidades específicas e seus próprios direitos.

Nesta transição do século XIX para o início do século XX, a educação para meninas e mulheres no Brasil tinha como ponto central a preocupação com a educação moral. Os discursos existentes colocavam as mulheres quase sempre em uma posição inferior e de submissão e por conta disso, com pouca capacidade de se desenvolverem intelectualmente ou contribuir para a sociedade de maneira significativa. Os espaços públicos não tinham presença de um número expressivo de mulheres com frequência, pois as mesmas estavam mais restritas à esfera

doméstica, encarregadas de cuidar e zelar do seu bem mais cobiçado que na visão da sociedade deste momento histórico em questão era a família, o cuidado com maridos e filhos e suas propriedades. uma boa esposa era a mulher que se dedicava ao lar para que seu marido saísse para trabalhar. Na virada para o século XX as necessidades de rupturas com as antigas normas na educação destinada a meninas e mulheres no século anterior, se mostravam cada vez mais emergentes, visto que as mulheres ao longo de anos não estavam inseridas no cenário educacional efetivamente e já haviam descontentamentos em relação a situação.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não escolha, pois se esperava que as meninas e as jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recado é o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a ação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (LOURO, 1997, p. 374).

Esse pensamento moldou a realidade da educação para as mulheres neste período, onde predominou a ideia de que não era necessário que elas fossem instruídas para muito mais além das tarefas e cuidados do lar, pois como citado acima eram vistas com menor capacidade intelectual do que os homens ou não iriam precisar e utilizar seus aprendizados formais no seu dia a dia ou em alguma atividade que pudessem exercer. Aprendiam então que deveriam supervalorizar a construção e zelo por sua família e logo, se eram pessoas destinadas a essa realidade, não precisavam de outros conhecimentos que não fossem referentes à vida doméstica, não havia interesse em inserir as mulheres em atividades em espaços públicos, nessa conjuntura se estabelecia a educação desde meninas até a fase adulta. Não existia assumidamente um incentivo à educação de meninas e sua continuidade pela sociedade, aprendendo apenas o básico já parecia suficiente.

Mas apesar dessa estrutura social, o século XX é marcado por forte resistência das mulheres diante dessa realidade, bem como percebemos em outras lutas sociais ocorridas ao longo da história pelas mulheres por direitos que lhe foram negados em um mundo arquitetado pela dominação masculina, muitas mulheres se mobilizaram para que mudanças pudessem ocorrer neste campo, em um primeiro momento as mulheres brancas e de classe alta foram as

primeiras que se sentiram mais seguras para reivindicar seus direitos, dando a possibilidade de um possível reconhecimento intelectual e cotação a presença das mesmas nas salas de aula. Essa luta se fez presente nos primeiros anos do século XX com o acontecimento do movimento Sufragista no Brasil.

Embora as lutas sufragistas tenham ocorrido de formas diversificadas e tivessem uma extremada conotação política, variando em intensidade nos diferentes locais, as reivindicações por educação foram uníssonas: as mulheres viam no acesso ao letramento e ao conhecimento o caminho mais direto para a liberação feminina das limitações a que estavam sujeitas, considerando que a ação e a instrução promoveriam avanços significativos na existência feminina.

As feministas consideravam que somente através da conscientização proporcionada pelo conhecimento da opressão e dominação a que eram submetidas, poderiam organizar-se, resistir e lutar para escapar do jugo masculino e das regras sociais injustas (ALMEIDA, 2000, p. 6).

Portanto, é preciso reconhecer que apesar da dura realidade da inserção feminina na escola e a busca pela educação formal durante o início do século XX, já existiam movimentos que buscavam os direitos que eram necessários para que houvessem os primeiros passos da emancipação educacional feminina, que era e é até os dias atuais de grande importância para que a mulher conheça e tenha seus direitos validados na sociedade desigual em que vivemos.

As escolas desde sua criação são instituições que reforçaram e reforçam padrões segregatórios de gênero, através das diferenças sociais colocadas pelos papéis de gênero, característica essa que sustentou a divisão entre meninos e meninas no espaço escolar e este aspecto se fez presente ao longo da história da educação, para Louro (1997, p. 57-58):

É necessário que nos perguntemos, então, como se produziram e se produzem tais diferenças e que efeitos elas têm sobre os sujeitos. A escola delimita espaços, servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas.

Os estudos sobre papéis de gênero são consideráveis para que se entenda que no Brasil, no estado do Pará assim como no resto do mundo, ao longo do tempo há uma divisão entre meninos e meninas, homens e mulheres e a organização da sociedade se faz vinculada a essas características segregatórias existentes.

O relato de um marinheiro norte americano, datado de 1849, ilustra o tipo de educação que era dado às meninas órfãs e abandonadas: Aprendiam a ler, a escrever, aritmética, costura, cozinha e todos os ramos úteis de trabalho cotidiano. muitos moços vão lá (no asilo de órfãos) procurar esposa e depois de apresentar atestado de boa moral e de ser trabalhador são recebidos no vestibulo onde encontram as moças casadoiras. Algumas ordens religiosas femininas dedicaram-se especialmente a educação das meninas órfãs, com a preocupação de preservá-las da “contaminação dos vícios”; outros religiosa voltaram-se “ao cuidado das moças sem emprego e daquelas que se desviaram do bom caminho” (LOURO, 1997).

No final do século XIX já é possível notar que as instituições destinadas a atender meninas, nesse caso em especial, as desvalidas de sorte e órfãs, já eram em grande parte

comandadas por religiosas e prestavam serviços voltados a política de assistência, e quando começou a ocorrer em território brasileiro essas políticas impulsionadas pelos modelos europeus de educação, estavam presentes em cada estado, inclusive no estado do Pará. Essa realidade também fazia parte das novas configurações sociais que as classes privilegiadas visavam para o futuro do país, segundo Silva e Sabino (2021):

[...] a "ociosidade" da mulher pobre e a sua falta de instrução - para o trabalho - eram vistas como uma grande ameaça para si própria e para a sociedade, visto que poderiam pôr em risco os bons costumes e a moralidade burguesa da época, expondo os fantasmas que assombravam a elite branca brasileira e devastaram as classes populares: doença, jogo, as diferentes cores de pele, libertinagem sexual.

Essa era a visão da burguesia paraense no início do século XX sobre as classes populares, acentuando a existência da mulher pobre. E para compreender a criação e permanência de instituições de política de assistência em território paraense, é necessário enfatizar o momento político social pelo qual a capital paraense estava passando, que respingou nas novas demandas para a organização da educação, assim como em todos os setores da sociedade.

Na próspera cidade de Belém, muito havia de ser feito para civilizar seu povo nativo que causava tanto incômodo à exigente elite da época. Entre esses indesejáveis estavam os velhos, mendigos, aleijados, órfãos e outros desvalidos da sorte, que eram cada vez mais comuns serem vistos perambulando pelo centro urbano e comercial da cidade. Sendo assim, às autoridades públicas, não restava alternativa senão a de pensar ações que viessem a atender esses segmentos sociais para que fossem devidamente adequados e transformados em cidadãos capazes de conviver no novo cenário urbano que se desejava imprimir na capital paraense (DUARTE, 2013, p. 67).

Portanto, se fazia importante para as autoridades que essas camadas populares ficassem mais afastadas dos centros urbanos, que eram espaços destinados a elite e precisava desse público para que houvesse o embelezamento da cidade, logo muitos destes desvalidos de sorte encontravam-se mais reservados ou enclausurados em instituições que prestavam serviços de assistência. Nesse recorte encontramos a realidade das meninas desvalidas que recebiam a educação proposta por essas instituições, para Duarte (2013) *apud* Sarges (2002), a transformação do espaço urbano acontecia simultaneamente a propagação de uma nova moral que visava o controle das classes populares e o enaltecimento da classe abastada.

O período que corresponde ao final dos oitocentos e início dos novecentos tem forte atuação da igreja Católica no Brasil e no território paraense,

A igreja católica representada pelas ordens e congregações religiosas teve fundamental participação na história da infância no Brasil, sobretudo por ser a primeira instituição social a promover políticas de acolhimento, proteção e educação às crianças abandonadas dentro dos princípios da caridade (SILVA *et al.*, 2019, p. 219).

Louro (2014) nos remete ao fato de que para muitos a educação feminina não poderia caminhar distante de uma moral sólida de formação cristã, pois isso era o ponto principal de

qualquer processo educativo. Nota-se que embora a expressão cristã esteja atrelada a um significado mais abrangente, o catolicismo era a referência maior e principal para a sociedade brasileira da época. Ainda que o período republicano trouxesse esse juízo de separação do Estado da Igreja, a moral religiosa era prevalecente, que apontava para as mulheres o jugo da bifurcação entre Eva e Maria.

A igreja católica juntamente ao estado unia forças para que o processo de formação de crianças, especialmente as meninas, fosse voltado para assistência, para o cuidado com a “contaminação” mundana, por isso o alvo mais concreto dessas instituições eram as meninas pobres, necessitadas, órfãs e de maneira geral desamparadas. Nutria-se o sentimento de construção de uma sociedade que fosse capaz de se preocupar e investir na formação religiosa e de bons valores delineados pela igreja.

Neste mesmo período histórico o estado do Pará é fortemente marcado pela existência de Colégios que adotavam a formação higienista, a política de assistência principalmente a meninas que estavam em condições de infância pobre e ainda a formação de caráter civilizatório, esses colégios atendiam em maioria meninas órfãs e desvalidas e se preocupavam com a educação moral e religiosa das mesmas, dessa forma pode-se perceber um padrão de formação bem rígido e controlador. Para Alves (2018, p. 138):

Na segunda metade do século XIX e início do século XX, foram criadas, na capital do Pará, instituições para abrigar, educar e instruir meninas desvalidas como medida higienizadora e civilizatória sob a égide de uma pedagogia feminina. Assim, surgem o Colégio Nossa Senhora do Amparo e o Orphelinato Paraense. Tais instituições tinham como objetivo transformar as crianças pobres, desvalidas e órfãs em mulheres que tivessem uma educação doméstica; portanto, preparadas para o casamento e para se tornarem “boas mães de família”. Porém, parte das meninas, oriundas do Amparo e Orphelinato, serviram à elite como “filhas de criação”. Não raro, famílias abastadas da capital paraense recorriam às referidas instituições de assistência em busca de educandas dispostas a trabalhar em atividades domésticas, pois elas possuíam uma formação adequada para atender à elite paraense.

O início do século XX ainda marca o período do apogeu do ciclo da borracha na Amazônia e entre as grandes construções surgiu o colégio Gentil Bittencourt, que contava com a supervisão das irmãs da congregação das Filhas de Sant’ana, o colégio é um exemplo de instituição que se preocupava com questões morais, formação de caráter e higienistas para meninas, sua criação data de 1804 e a inauguração no novo prédio data de 1906 e a partir desse mesmo ano o colégio substituiu o antigo Colégio Nossa Senhora do Amparo, Souza (2015, p.146) em 20 de junho de 1906, finalmente. o novo prédio do Instituto Gentil Bittencourt é inaugurado pelo governador Augusto Montenegro, para atender duzentas educandas, podendo ser esse número ampliado, de acordo com a necessidade, as meninas desvalidas eram o alvo principal de atendimento do colégio.

**Figura 1.** Fotografia produzida na ocasião da inauguração do prédio do Instituto Gentil Bittencourt



**Fonte:** Costa; Fraiha (2020, p. 244)

O colégio Gentil Bittencourt é uma importante instituição de ensino que apresentava durante o início do século XX maneiras próprias de tratar a educação de meninas, no caso do colégio em questão, especificamente meninas desvalidas. Nas palavras de Souza (2015, p. 153):

As educandas, egressas de uma vida de pobreza ou de orfandade, eram meninas brancas, pardas, mestiças e caboclas que, ainda muito pequenas, buscavam, no instituto, acolhimento e proteção. Na sua maioria, oriundas de diferentes regiões do Pará, habitantes ribeirinhas, da floresta ou da cidade. As educandas pobres e/ou órfãs que ingressaram no Instituto Gentil Bittencourt eram as chamadas desvalidas, condição estabelecida no seu Regulamento para o ingresso. No caso das meninas que não eram órfãs, tinham que ser filhas de pais completamente desvalidos, ou seja, num estágio extremo de pobreza. Entretanto, era permitido também o ingresso de vinte educandas que não fossem órfãs.

Essas educandas não eram atendidas durante toda vida no colégio, mesmo que não conseguissem um trabalho após sua formação ou tivessem parentes havia uma idade determinada até quando poderiam permanecer sob os cuidados da instituição, depois estariam sob cuidados do governo, na concepção de Souza (2015, p. 141)

As educandas não podiam permanecer na instituição após os 18 anos de idade, nos casos específicos da educanda não ter parente para recebê-la, o governo deveria se responsabilizar pelo futuro, providenciando um trabalho. Em certos casos algumas alunas foram contratadas depois de concluir o curso primário com sucessos para serem professoras adjuntas na instituição.

O prédio possuía uma estrutura que propiciava o controle e vigilância de suas educandas, o que permitia que as religiosas que estavam encarregadas pela organização e ordem do colégio naquele tempo pudessem monitorar de maneira rígida o dia a dia das meninas. Ainda de acordo com Souza (2015, p. 147):

De modo geral e de outro ponto de vista, poderíamos dizer que a estrutura do prédio estava adequada a uma arquitetura panóptica, com corredores largos, muitas janelas e escadas que, no conjunto, dão visibilidade para as atividades de outros andares e para a área de recreação, permitindo às irmãs observar o que acontecia. O espaço propiciava a vigilância e o controle feito por elas em relação a cada atividade das meninas, ou seja, isso a que Foucault chamou de panoptismo, com base nas ideias de Jeremy Bentham, como a possibilidade de observação total das atividades do observado, fazia parte do projeto realizado. E obedecia ao modelo que várias instituições irão adotar por todo o Brasil, nas quais o olhar vigilante garante a ordem.

O grande refeitório localizado no bloco central, que tinha apenas um pavimento, continha quase 480,00 m<sup>2</sup> e organizava a quantidade total de alunas de forma satisfatória, dispondo de 2,40 m<sup>2</sup> de área por aluna. O bloco central abrigava, além do refeitório, a despensa, copa, cozinha e uma sala de refeição para os irmãos. Todo o bloco central fora construído, de ambos os lados, com janelas largas e que também faziam proveito da ventilação e iluminação natural (SOUSA; LIMA, 2021, p. 7).

**Figura 2.** Antigo Refeitório do Colégio Gentil



1

do Estado de 1908.

**Fonte:** Álbum oficial

Por ser uma instituição de cunho religioso, a estrutura do prédio contribuiu para que as irmãs que cuidavam da educação e ordem entre as meninas pudessem observar atentamente tudo o que se passava na convivência no interior do colégio.

O instituto estava organizado, prioritariamente, para atender meninas órfãs desvalidas, como ocorria desde o Colégio do Amparo, permanecendo a ideia de que a educação oferecida deveria ser adequada a sua condição social. Por isso, e atendendo às determinações do regulamento, seria ofertado o curso primário, como acréscimo de cursos de prendas e de serviços domésticos (SOUZA, 2015, p. 149).

Os cursos de prendas domésticas tinham alta relevância no cotidiano de estudos das meninas, Souza (2015, p. 150) esses ficavam sob responsabilidades das religiosas e eram supervisionados com vigor e também exigiam profunda dedicação das meninas nas atividades realizadas, pois acreditava-se que essa formação era um meio eficaz de preparação para serem boas mães e esposas. Silva e Sabino (2021) apud Almeida (1998, p.36).

[...] assim, a educação doméstica – proposta e efetivada – com a intenção de pôr/manter cada uma no seu lugar, reforçava e mascarava, com naturalidade – e a bênção da Igreja – às diferenças sociais. Para as mulheres brancas e ricas, a reclusão era seu dever. O que predominava era o poder masculino, a mulher era destinada ao espaço doméstico, ser educadora do lar era sua principal função.

Diversas outras atividades e aulas eram realizadas com as meninas no Colégio Gentil Bittencourt.

As aulas de costura ocorriam quinzenalmente e nelas as meninas realizavam algumas tarefas, como fazer os vestidos e aventais, entre outros. Além disso, havia a aula de rouparia, onde se se aprendia a consertar e engomar roupa, menos a lavagem que era feita por lavadeiras contratadas, por ser considerado um serviço pesado para as meninas. O serviço de cozinha, no qual a cada semana ficava um grupo de quatro meninas ou mais em rodízio, também fazia parte do currículo e tinha o objetivo principal de ensiná-las e preparar o mais comum e necessário à refeição de uma família (SOUZA, 2015, p. 150).

Apesar dessas características do ensino para meninas órfãs desvalidas no Colégio, com o passar do tempo houveram mudanças no modelo de educação ofertado e foram incluídas aulas de francês, inglês, piano e dança. Souza (2015) que muitas atividades eram realizadas na instituição, como música, canto e desenho, mas não eram atividades obrigatórias, as meninas podiam escolher de qual atividade participar de acordo com suas aptidões, por critérios que as irmãs estabelecessem e deveriam estar em conformidade e fundamento com os valores morais e de comportamento.

Considerando o ambiente da sala de ensino do Instituto Gentil Bittencourt, é possível compreender a arrumação dos diversos itens que representam a cultura escolar nas salas de aula, devido ao fato de ser designada exclusivamente para alunas. Nesse contexto, trata-se de uma sala de aula composta apenas por estudantes do sexo feminino, todas ocupando cadeiras individuais com estrutura metálica, fixadas ao assoalho de madeira e organizadas em fileiras. À frente das alunas, encontra-se a escrivaninha feita de madeira nobre para a professora; na parte inferior da sala, há três mapas, incluindo o mapa do estado do Pará no canto superior direito, e nas laterais direitas, quadros fixos, destacando-se o esqueleto humano. Além desses

elementos, merecem destaque as amplas portas e janelas para garantir uma adequada circulação de ar e iluminação do ambiente interno da sala (SOUSA; LIMA, 2021, p. 9).

Desse modo é possível levar em consideração a rotina diária das meninas, os cuidados com a higiene pessoal e como era controlado o tempo para as atividades diárias. As educandas ajudavam ativamente na cozinha pois o número de refeições diárias a ser servido era grande.

A rotina organizada e controlada estabelecia um tempo definido para acordar, tomar as refeições, dormir, rezar, estudar, realizar serviços domésticos e tudo mais. As meninas, logo ao acordar, seguiam para o banho. A instituição tinha água encanada e tratada e banheiros suficientes para atender à demanda, com chuveiros em boxes individuais que não possuíam portas, mas apenas uma cortina para preservar a intimidade das alunas. As irmãs vigiavam esse momento do banho, e a inexistência de portas facilitava a fiscalização que elas julgavam necessária (SOUZA, 2015, p. 151).

Ainda no contexto de instituições paraenses que configuravam a organização da educação para meninas na primeira metade do século XX temos o Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931), Duarte (2013, p. 30) elucida que em maio de 1893 foi criada na capital paraense a instituição Orphelinato Paraense, que em seu tempo de funcionamento tinha como missão educar, cuidar e amparar centenas de meninas órfãs e desvalidas da sorte.

A preparação da mulher para enfrentar as vicissitudes que se apresentavam no país a partir da implantação da República era uma bandeira cada vez mais defendida pelos governantes e pela elite local. A discussão em torno da educação feminina ampliava-se a medida que a região se desenvolvia e atraía um número cada vez maior de famílias e com elas muitas crianças e adolescentes do sexo feminino que eram muitas das vezes colocadas nos internatos e casa de recolhimento espalhados pelo Estado e especialmente na capital paraense com vista a serem cuidadas e instruídas (DUARTE, 2013, p. 159).

O edifício do Orphanato estava localizado na cidade de Belém do Pará na Avenida São Jeronymo entre Generalíssimo Deodoro e Quatorze de Março.

**Figura 3.** Prédio do Orphelinato Municipal na São Jerônimo, 1902.



Fonte: Nunes (2020, p. 25)

As semelhanças com o colégio Gentil Bittencourt em relação a educação de meninas desvalidas eram são notáveis, Duarte (2013, p. 41) evidencia que haviam muitos elementos religiosos dispostos no ambiente do orphanato, que trazia uma forte mensagem de oposição a tudo o que fosse mundano e pecaminoso e que reforçaram a concepção de pureza, que deveriam ser resguardada pelas órfãs até seu casamento, para que elas não fossem desprezadas e desvalorizadas pela sociedade daquela época.

Um aspecto que diferenciava a permanência das meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará para o Colégio Gentil Bittencourt era o tempo que elas podiam permanecer lá, Duarte (2013, p. 160):

[...] somente no ano de 1916, na intendência de Antônio Martins Pinheiro, é baixado um Ato em que é regularizado o tempo e a idade limite para a permanência das órfãs na instituição. No documento, ficava estabelecido que o tempo de permanência no internato não poderia ser mais de seis anos e, aquelas que fossem matriculadas a partir de 1904 a 1908, deveriam ser desligadas paulatinamente, assim como as que haviam completado 16 anos de idade.

Nota-se que para Duarte (2013) a origem diversificada das meninas que eram atendidas pelo Orphanato Municipal de Belém do Pará até o ano de 1931 pode ter se configurado como uma característica positiva na rotina das órfãs e enriqueceram o estudo acerca do tema.

Em se tratando das órfãs entre os anos de 1893 a 1931, o quadro é bastante diversificado, o que denota que na instituição, conviveram meninas das mais diferentes, naturalidades e nacionalidades e que apenas esta variável justificaria a imersão neste universo investigativo. No entanto, em virtude da limitação documental que aponte para as relações entre as diferentes histórias de vida, de idiomas e de cultura não se pode analisar esses aspectos, que a meu ver, enriqueceriam substancialmente o estudo, trazendo ao trazer à tona mais que este aspecto do processo de formação de meninas que viveram sob o regime de internato na região (DUARTE, 2013, p. 160).

Haviam casos de não regresso das férias pelas meninas e esse era um dos motivos principais para que elas fossem desligadas da instituição, acredita-se por conta da situação em que elas estavam sujeitas no Orphanato Municipal de Belém, que era a situação de privação de liberdade que muito se assemelha as regras encontradas também no Colégio Gentil Bittencourt.

“O não regresso das férias” aparece como uma das principais razões dos desligamentos das meninas órfãs, registrado no livro de matrícula dos Orphanato. Este motivo se dá com mais intensidade durante o ano de 1917. Neste período, 58 meninas não retornaram das férias de janeiro e tiveram suas matrículas canceladas. Talvez, estas atitudes tomadas pelas órfãs podem se configurar como uma espécie de fuga e ter como possível justificativa a difícil convivência no interior da instituição em virtude de vários fatores conjugados, tais como: privação de liberdade, punição, castigos, excesso de tarefas, enfim, um total controle dos corpos (DUARTE, 2013, p. 163-164).

Quanto às instruções dispensadas às meninas no Orphanato Municipal de Belém, segundo Duarte (2013, p. 175) o poder público tinha em algum momento a necessidade de dispor uma robusta estrutura física, bem como, material pedagógico para garantir além de um ambiente sadio para que as asiladas morassem, também formação doméstica e noções literárias e primeiras letras.

A preocupação precípua das entidades associativas e das autoridades públicas em relação às instituições dessa natureza estava voltada para o cuidado e o amparo, porém isto seria insuficiente diante dos avanços impostos pelo progresso e também em virtude das grandes demandas surgidas no interior da instituição, que cada vez mais exigia investimentos que viessem a qualificação das internas.

Nota-se que a instituição buscava outros meios de formação para as meninas desvalidas que atendiam, oferecendo a elas outros conhecimentos que não se reduzissem apenas às prendas domésticas, mas também a conhecimentos mais específicos e intrínsecos ao desenvolvimento dessas meninas para a inserção social, para Duarte (2013, p. 177):

No relatório de 1902 também é mencionado que, além do ensino de “prenda domésticas”, era ministrado o estudo de “primeiras letras” como parte do processo de formação, porém a maior parte do tempo e do investimento na educação das desvalidas era direcionada para o desenvolvimento das “habilidades manuais”, ou seja, para o trabalho prático. Requisitos necessários para formação da mulher naquele momento, ainda que, no pensamento da Administração Municipal, já houvesse a

intenção de proporcionar-lhes uma formação técnico profissional voltada para trabalho agrícolas.

Desse modo é possível notar algumas semelhanças e diferenças entre as meninas que foram atendidas no Colégio Gentil Bittencourt e as que fizeram parte do quadro de assistidas pelo Orphanato Municipal de Belém, no primeiro citado percebe-se a estrutura que auxiliava que as meninas fossem vigiadas e controladas de perto e a educação rígida com horários e tarefas, além de atividades que capacitasse essas meninas para o cuidado doméstico como prioridade na primeira metade do século XX, na segunda instituição observa-se um caráter já diferenciado, buscando se desenvolver junto a demanda social da época, do embelezamento da cidade.

O Orphanato Municipal de Belém se configurou como um espaço destinado ao asilo dessas meninas mais pobres, desvalidas de sorte e órfãs para que ficassem mais apartadas da movimentação da cidade, para que não levassem essa imagem de pobreza nos centro urbanos ou para mais perto dos lugares frequentados pela elite, portanto a essas meninas foi destinada uma educação de condições mais simples e modestas, que corrobora naquele período histórico com a manutenção da condição de submissão da mulher, essa educação oferecida às meninas era também um mecanismo de reprodução das ideologias da sociedade patriarcal vigente.

### **3. CAPÍTULO 2 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO PARÁ**

A introdução da mulher na educação no início do século XX no Brasil foi marcada por movimentos que causavam certa perturbação na formação da sociedade brasileira. Mas também ocorria em um momento histórico de transição dos gêneros na regência da sala de aula, a presença masculina no cargo de professor estava ficando cada vez mais moderada.

Nesse contexto, a ascensão das mulheres na educação foi um movimento que provocou certa perturbação nas estruturas tradicionais da sociedade brasileira da época. A presença feminina como educadoras era vista como uma novidade e, muitas vezes, enfrentava resistência e desafios para conquistar espaço e reconhecimento. A sociedade patriarcal, que por séculos havia limitado o acesso das mulheres à educação formal e as relegado a papéis tradicionais, agora se via diante de uma mudança significativa.

Conforme as mulheres ganhavam espaço na educação, a presença masculina como professores estava se tornando menos predominante. Isso refletia um momento de transição nas concepções de gênero e nas dinâmicas de poder dentro das salas de aula. As mulheres, antes excluídas dessa esfera profissional, passaram a ocupar cargos de docência, trazendo novas perspectivas e contribuindo para a diversificação e enriquecimento do ambiente educacional.

Essa transição de gênero na regência da sala de aula foi resultado de uma série de fatores, incluindo as conquistas do movimento feminista, a ampliação do acesso à educação para as mulheres e a demanda por uma educação mais inclusiva e diversificada. Gradualmente, a sociedade passou a reconhecer o valor do trabalho das mulheres como educadoras e a importância de sua presença no processo de formação dos indivíduos.

É importante ressaltar que esse processo de transformação ainda era desafiador e que as mulheres enfrentavam obstáculos como preconceitos, estereótipos de gênero e desigualdades salariais. No entanto, a gradual mudança na composição de gênero no campo da educação trouxe consigo avanços significativos para a igualdade de oportunidades e a valorização do potencial das mulheres como agentes transformadores no contexto educacional.

Dessa forma, a introdução das mulheres na educação no início do século XX representou um momento histórico de transição e reconfiguração dos papéis de gênero nas salas de aula, contribuindo para uma educação mais inclusiva e diversa. Esse processo, embora enfrentando resistências, foi fundamental para o avanço da igualdade de gênero e para a valorização do papel das mulheres como educadoras e formadoras de mentes.

Para Louro (1997), a sociedade deste período está marcadamente disputada por homens e suas estratégias de poder, principalmente alçadas por desejos e disputas entre homens. O século XX emerge de uma estrutura social que Louro (1997) destaca a distinção existente no século XIX ao que se refere à formação de meninos e meninas. Para os meninos noções de geometria, para as meninas bordado e costura.

Consoante a Louro (1997) nos anos da primeira metade do século XX, muitas transformações ocorreram no cotidiano das mulheres que adentraram o magistério, como por exemplo as lutas sociais que se afluíram entre as mulheres por melhores condições de trabalho e busca de salários iguais entre homens e mulheres. Este capítulo também evidencia o quanto a história das mulheres na sala de aula é altamente determinada pelas relações de poder, pelos lugares sociais organizados pela diferença entre os gêneros, porém é imprescindível que essa história não seja vista como de mulheres que foram apenas subjugadas, mas que foram sujeitos históricos que se muniram de forças e busca de direitos para a profissão de onde obtinham seu sustento. Coelho (2006) argumenta que os estudos realizados em outros países além do Brasil, identificavam também a permanência da concepção do magistério como missão de doação e amor.

Para que se compreenda como ocorreu a introdução da mulher na sala de aula, especialmente no magistério, é necessário contextualizar os impasses que houveram nessa movimentação. Segundo Louro (1997) esse processo não se deu sem a presença constante de

resistências ou críticas, embora hoje pareça tão natural ver mulheres na docência, esse lugar já foi alvo de polêmicas e disputas. Para muitos era um desperdício colocar um ser de cérebro “pouco desenvolvido” e sem preparo para cuidar da educação das crianças.

Outras vozes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”.

Nesse contexto, o argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele acorreriam aquelas que tivessem “vocaçào” (LOURO, 1997).

Desse modo, existia uma forte dicotomia na presença da mulher na sala de aula, algumas pessoas desvalorizavam o fato, por acharem as mesmas incapazes de exercer o papel de chefes de turma e outras pessoas acreditavam e viam o magistério como “coisa de mulher”, enxergavam nas mulheres a visão idealizada que era uma extensão da mãe, uma extensão do lar, só que no contexto da sala de aula. Ocorria então no que Louro (1997) chamou de “feminização do magistério”, que foi um discurso que afastava os homens da sala de aula e os fez buscar outras ocupações, onde geralmente ganhavam mais e se sentiam mais valorizados. Ainda que essa nova realidade fizesse parte do cotidiano de muitas mulheres, o sentimento de que essas atividades eram perigosas para as mulheres prevalecia predominantemente.

Percebida e constituída como frágil, a mulher precisava ser protegida e controlada. Toda e qualquer atividade fora do espaço doméstico poderia representar um risco. Mesmo o trabalho das jovens das camadas populares nas fábricas, no comércio ou nos escritórios era aceito como uma espécie de fatalidade. Ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar. As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade. Foi também dentro desse quadro que se construiu, para a mulher, uma concepção do trabalho fora de casa como ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe (LOURO, 1997)

Portanto os conflitos entre a vida doméstica da mulher, a maternidade e sua carreira profissional é um fator de complexidade até os dias atuais e que tem sua construção adjunta aos valores sociais que passam por sua manutenção no decorrer dos anos, é um desafio quebrar o

estigma de que mulheres foram destinadas a estar na “zona de conforto” do lar, Para Louro (1997):

Os argumentos religiosos e higienistas responsabilizavam a mulher pela manutenção de uma família saudável – no sentido mais amplo do termo. A esses argumentos iriam se juntar, também, os novos conhecimentos da psicologia, acentuando a privacidade familiar e o amor materno como indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. O casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma.

A formação das mulheres no início do século XX também estava aliada aos novos estudos e conhecimentos em psicologia, que objetivavam uma educação moldada também no amor e afeto, Coelho (2006) argumenta que os estudos realizados em outros países além do Brasil, identificavam também a permanência da concepção do magistério como missão de doação e amor. Para Louro (1997):

Na verdade, passa-se a considerar o afeto como fundamental e a vê-lo como “ambiente facilitador” da aprendizagem. Isso seria válido tanto para a educação escolar quanto para a educação no lar, ou, em outras palavras, seria importante para a professora e para a mãe. Nada mais coerente com isso do que incentivar a presença feminina nos cursos de magistério. Ao incorporarem tais disciplinas, os cursos estariam não apenas contribuindo para a formação da moderna mestra, mas poderiam ser, também, um valioso estágio preparatório para o casamento e a maternidade.

Naquela época, ainda existiam várias condições para que as mulheres ingressassem na carreira do magistério. De acordo com Louro (1997), era aceitável apenas que moças solteiras trabalhassem até o casamento. Além disso, somente mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas tinham permissão para exercer o magistério. Outra condição era que elas trabalhassem apenas em meio período, pois a carga horária não deveria interferir nas responsabilidades domésticas. Esse fato era a principal justificativa para o salário reduzido que recebiam, considerado apenas um "salário complementar". O paradoxo era que não se reconhecia que o salário constituía a fonte de renda que poderia contribuir para as despesas domésticas (LOURO, 1997).

As demandas aumentam para que a formação dessas jovens ocorra de maneira efetiva e se assemelha a formação de meninas, que acontecia no início do século XX com um caráter controlador e vigilante.

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza. Os arranjos físicos – do tempo e do espaço escolares – estão informando e formando. Talvez possamos entender que a própria arquitetura e, nesse caso a arquitetura escolar, constitui como que um “programa” que fala aos sujeitos, que lhes diz como ser ou como agir, enfim que acaba por instituir, “em sua materialidade, um sistema de valores, como ordem, disciplina e vigilância” (LOURO, 1997).

Esses espaços que poderiam ser: escolas normais públicas, colégios normais religiosos, internatos particulares, etc, tinham moças de origens sociais diversas compondo seus quadros de alunas, algumas escolas normais adicionaram o curso de formação de professor primário, cursos de especialização, e atingiram uma clientela social privilegiada (LOURO, 1997). Apesar da expressiva participação das mulheres na sala entre os anos de 1900 e 1950, elas ainda não obtinham o acesso a determinadas posições dentro das instituições de ensino, como por exemplo os cargos de direção.

Os homens preferencialmente ainda ocupavam os cargos de maior poder, limitando a ação feminina a sala de aula por acreditar-se que elas estavam alinhadas mais a atitudes sentimentais, de maior tolerância e carregadas de mais sentimentos e por isso estavam alheias a não tomar decisões mais firmes ou resolver problemas mais sérios.

Os homens preferencialmente ainda ocupavam os cargos de maior poder, limitando a ação feminina a sala de aula por acreditar-se que elas estavam alinhadas mais a atitudes sentimentais, de maior tolerância e carregadas de mais sentimentos e por isso estavam alheias a não tomar decisões mais firmes ou resolver problemas mais sérios, conforme Louro (1997) exemplifica:

Com exceção das escolas mantidas por religiosas onde as mães ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema. A eles se recorria como instância superior, referência de poder; sua presença era vista como necessária exatamente por se creditar à mulher menos firmeza nas decisões, excesso de sentimento, tolerância etc. Aos homens eram encaminhados os alunos problema ou qualquer outra questão que exigisse a tomada de decisões de problemas mais graves (LOURO, 1997).

Ademais a esses fatos, pode-se observar como se construiu socialmente a imagem da mulher professora, que carrega consigo o peso histórico da posição que conseguiu gradativamente ocupar, com todos os seus processos discriminatórios e difíceis, conforme Louro (1997):

[...] as representações de mulher e mulher professora em jogo na sociedade brasileira. A questão não seria, pois, perguntar qual ou quais as imagens mais verdadeiras ou mais próximas da realidade e quais as que a distorceram, mas sim compreender que todos os discursos foram e são igualmente representações; representações que não apenas espelham essas mulheres, mas que efetivamente as produziram. Em outras palavras, as representações de professora tiveram um papel ativo na construção da professora, elas fabricaram professoras, elas deram significado e sentido ao que era e ao que é ser professora. Ao se observar tais representações não se está apenas observando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada posição era (e é) produzida.

Até mesmo o modo como tratavam as mulheres professoras muda ao longo do tempo, Louro (1997) discorre sobre as mudanças no modo de tratamento dessas mulheres, que se

incorporava em suas subjetividades e em suas práticas as mudanças sociais, assim, as “professoras” e “normalistas” foram se transformando em “educadoras”, depois “profissionais de ensino”, alguns chamavam de “tias”, outro de “trabalhadoras da educação”. E durante as primeiras décadas do século XX eram regularmente chamadas de professorinhas e normalistas. E estas nomenclaturas eram mais dirigidas às jovens que estavam recém-formadas, que seguindo os pressupostos pedagógicos daquele período, precisavam ser menos rigorosas e mais sorridentes. Louro (1997):

O magistério primário já era então claramente demarcado como um lugar de mulher e os cursos normais representavam, na maioria dos estados brasileiros, a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender. As normalistas nem sempre seriam professoras, mas o curso era, de qualquer modo, valorizado. Isso fazia com que, para muitas, ele fosse percebido como um curso de espera marido.

Nota-se que apesar do magistério sofrer duras discriminações naquele período, ainda era uma porta de entrada da mulher para lutar por sua independência e reconhecimento. Para Coelho (2006):

O intendente do Pará, ao contrário de Olegário Maciel, incluiu os professores e professoras em uma única data de comemoração, mesmo sabendo que no Estado do Pará, em 1936, apenas 8,28% dos professores que lecionava o curso primário nas escolas públicas eram do sexo masculino.

Percebe-se o pouco caso com o reconhecimento a superioridade dos números de mulheres na sala de aula em detrimento ao número de homens, até mesmo nessa questão, via-se a inferiorização da atuação feminina na educação paraense.

Na década de 1930, a participação das mulheres no magistério das séries elementares tornou-se quase absoluta. Michel Apple observa que na Inglaterra, em 1930, a cada 100 professores, correspondiam 366 professoras. Nesse mesmo ano, nos Estados Unidos, elas eram 89,5% do professorado em Portugal, em 1926, as mulheres representavam 66% do magistério português. No Estado do Pará, em 1937, dos 1.860 professores que lecionavam o curso primário em escolas públicas, 1.706, ou 91,72% eram mulheres (COELHO, 2006).

A mulher paraense também passou por inúmeras controvérsias na trajetória de entrada e continuidade da carreira no magistério, pois a invisibilização da mulher como profissional aconteceu de maneira voraz no início do século XX no Pará. Embora existam ainda poucas ou escassas produções sobre as dificuldades e os impasses que as mulheres paraenses precisaram enfrentar para ingressar no ambiente da docência, por conta da exclusão histórica das contribuições da mulher no campo educacional e sua atuação na escola, é possível notar que os movimentos feitos por essas mulheres profissionais de educação durante esse período de “feminização do magistério”, foram essenciais para que antigas normalistas, atualmente professoras pudessem romper as amarras e resistências a atuação feminina na sala de aula. Silva e Sabino (2021) *apud* Michelle Perrot (1998)

O trabalho, exercido por mulheres, tinha como principal função complementar a renda familiar e era visto como tal, mas nunca como profissão. Diante das possibilidades de profissionalização das mulheres, o Magistério era umas das poucas profissões aceitáveis pela sociedade brasileira no período em questão, porém, não associado à necessidade de ganhar a vida. A prioridade seria a criação e a educação dos filhos e o casamento. E somente depois a profissionalização, essa deveria ser a ordem das coisas, o que demonstra as resistências colocadas por essas mulheres.

A restrição da mulher aos espaços públicos no Pará era um fator que corrobora para as críticas da mulher na sala de aula, pois para cumprir seus horários de trabalho a mesma precisava passar algum tempo longe das atividades domésticas. No entanto, o cargo de professora foi um agente essencial para que essas profissionais pudessem ocupar espaços públicos, acompanhando o ritmo de mudanças advindas com o período republicano.

Questões políticas da primeira metade do século XX também sustentavam a permanência das mulheres no magistério como maioria, Coelho ( ): A opinião do governador Lauro Sodré, em 1917, exemplifica o reforço das formulações ideológicas que consolidam o predomínio feminino no magistério primário. Para o governador, caberia à mulher a elevada missão de "harmonizar a obra do espírito e a do coração" e, portanto, não se deveria temer que a educação do futuro cidadão da pátria fosse entregue à mãos femininas, afinal, em toda parte do mundo se revelava a aptidão moral da mulher em educar. O esforço das mulheres, ao ser empregado no desenvolvimento da prática pedagógica, ampliava os dons femininos da sensibilidade, compreensão, afetividade, paciência, honestidade, solidariedade e abnegação, para toda sociedade brasileira, pois representavam as qualidades desejáveis a todo cidadão. Percebe-se que, de todos esses atributos femininos, o elemento intelectual não pesava tanto, o peso maior da habilitação para o exercício da profissão docente estava na idoneidade moral (COELHO, 2006).

Com o crescimento urbano no início do século XX, a mulher aparecerá em lugares que antes nunca havia frequentado, saindo assim do seu pequeno espaço privado e este processo já ocorria desde os anos finais do século anterior e essas mulheres passaram a ser vista em espaços públicos que antes eram mais restritos a presença masculina, como em lojas, praças, clubes, teatro e até mesmo em atividades esportivas. Silva e Sabino (2021) apud Muller (1999) destacam

Conforme Maria Lúcia Muller (1999), com a chegada da República, com o aumento de escolas e de professoras houve uma conexão, imediata, do ensino público com a modelagem da nação e, logicamente, da mulher como professora. Ser professora, foi um dos caminhos para a mulher adentrar os espaços públicos, assim como as Revistas e Folhetins nas primeiras décadas do século XX no Pará. Para alguns, essas mulheres praticaram uma conduta desviante da norma, o que conduziu para uma discriminação, para os crimes passionais, para a insubmissão, para o ofício das letras, para a sobrevivência e para ser mulher.

O crescimento urbano no início do século XX trouxe consigo uma série de transformações sociais, incluindo a maior participação das mulheres em espaços públicos. Essa mudança representou uma quebra de padrões tradicionais de gênero, nos quais as mulheres eram predominantemente associadas ao espaço privado, ao cuidado da casa e da família. O

crescimento urbano no início do século XX trouxe consigo uma série de transformações sociais, incluindo a maior participação das mulheres em espaços públicos. Essa mudança representou uma quebra de padrões tradicionais de gênero, nos quais as mulheres eram predominantemente associadas ao espaço privado, ao cuidado da casa e da família.

Apesar dos avanços que o início do século XX traziam e os novos cenários que apontavam para a presença feminina como professoras, ainda perdurava a imagem associativa da mulher que passava por cima dos seus princípios de cuidadora do lar para seguir uma ocupação. A diferença salarial também era grande, embora as professoras exercessem as mesmas funções ou até excedessem as obrigações dos seus serviços, ainda ganhavam menos que os professores do sexo masculino, Coelho (2006) afirma:

No entender do diretor geral a docência para a mulher não deveria ser uma profissão para garantir o provimento das necessidades vitais: alimentação, moradia, vestuário, remédios. Auxiliada pela família, seja o pai ou o marido, a professora apenas completaria com seu vencimento o orçamento familiar, enquanto que ao homem caberia assumir os encargos de manutenção da família. Assim o diretor da Instrução Pública justificava a medida proposta de aumento dos salários dos professores do sexo masculino e a professora, mesmo trabalhando tanto ou mais que o professor, ficava sem aumento salarial.

A partir do exposto, percebemos que foram intensos os esforços femininos para obter o ingresso na educação do país, conseqüentemente para as mulheres paraenses não houve avanço sem lutas. Foi essencial a base que essas professoras deram na continuidade a busca por conhecimentos e efetivação de direitos, como mulheres e como profissionais da educação.

Nesse contexto, essas mulheres enfrentaram uma série de desafios e obstáculos ao longo de suas trajetórias. Elas tiveram que superar preconceitos e estereótipos arraigados na sociedade, que consideravam a mulher como incapaz de exercer funções intelectuais e acadêmicas. No entanto, essas professoras demonstraram sua competência e dedicação, destacando-se como verdadeiras pioneiras e agentes de transformação. Além disso, é importante ressaltar que a luta das mulheres-professoras não se restringiu apenas ao âmbito educacional. Elas também foram engajadas na busca por direitos e igualdade de gênero em diversos outros aspectos da vida social. Com coragem e determinação, essas mulheres enfrentaram as barreiras impostas pela sociedade patriarcal, reivindicando espaços de poder e protagonismo. A pesquisa proposta tem como objetivo resgatar a história dessas mulheres, analisando seus desafios, conquistas e legados deixados para as gerações futuras. Compreender a trajetória e a permanência dessas mulheres na docência durante a primeira metade do século XX no Estado do Pará é fundamental para valorizar e reconhecer o papel fundamental que desempenharam na construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Portanto, por meio dessa abordagem histórica, espera-se lançar luz sobre a importância das mulheres-professoras

na educação e na transformação social, evidenciando suas contribuições significativas para o desenvolvimento educacional e cultural do Estado do Pará.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a luta das mulheres por seus direitos se consolidou de diversas maneiras ao longo dos séculos, cada período com suas próprias especificidades. Mesmo diante dos grandes desafios enfrentados ao longo de suas trajetórias educacionais, tanto como alunas quanto posteriormente como professoras, é inegável que ocorreram avanços significativos na posição social das mulheres, quebrando as amarras de uma sociedade que frequentemente tenta restringi-las a um papel de conformidade.

O início do século XX desempenhou um papel fundamental nos avanços na vida das mulheres professoras, destacando-se a educação como fator decisivo para impulsionar a busca feminina pela emancipação. Compreender a jornada vivenciada pelas mulheres ao longo do tempo e suas conquistas é de suma importância para avaliar o progresso alcançado até agora e refletir sobre tudo o que ainda precisa ser conquistado em prol de uma sociedade equitativa, que valorize e reconheça todas as formas de contribuição feminina para o progresso social, o desenvolvimento do respeito e a ascensão do livre arbítrio das mulheres.

Olhando para trás, vemos que as mulheres enfrentaram obstáculos consideráveis, desde o acesso limitado à educação até a discriminação no ambiente de trabalho. No entanto, elas demonstraram resiliência, coragem e determinação, trilhando um caminho de conquistas e abrindo portas para as gerações futuras. Através da educação, essas mulheres encontraram um meio de se expressar, adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades, desafiando as normas estabelecidas e reivindicando seu espaço na sociedade.

Ao conhecer a história dessas mulheres-professoras, podemos reconhecer suas contribuições valiosas não apenas no campo da educação, mas também na promoção da igualdade de gênero e no avanço dos direitos das mulheres como um todo. Suas lutas e conquistas nos inspiram a continuar lutando por uma sociedade mais justa, onde todas as mulheres tenham igualdade de oportunidades, sejam valorizadas em suas diversas contribuições e possam exercer plenamente sua autonomia e liberdade de escolha.

No entanto, mesmo com todos os avanços já alcançados, ainda há muito trabalho a ser feito. É essencial que todos, homens e mulheres, se unam em prol de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade, a inclusão e a participação igualitária de todos os indivíduos. Somente assim poderemos construir um futuro em que a trajetória e permanência das mulheres

na docência, assim como em todas as áreas, seja marcada pela equidade, pelo respeito e pela plenitude de oportunidades.

Acreditamos que para promover uma verdadeira igualdade de gênero na docência e em todos os aspectos da sociedade, é necessário um esforço coletivo. Políticas públicas, reformas educacionais e conscientização social são elementos-chave para garantir que as mulheres professoras sejam valorizadas, respeitadas e apoiadas em sua jornada profissional. É essencial também trabalhar para eliminar os estereótipos de gênero e promover uma cultura inclusiva, que reconheça e celebre a diversidade de contribuições que as mulheres trazem para a educação e para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa.

Por fim, ao considerarmos a pesquisa sobre a trajetória e permanência das mulheres na docência na primeira metade do século XX no Estado do Pará, estamos mergulhando em uma narrativa rica e complexa que revela a resiliência, a coragem e a perseverança das mulheres em busca de seus direitos e de seu lugar na sociedade. Essa pesquisa nos permite compreender as conquistas, as dificuldades e os desafios enfrentados pelas mulheres professoras, bem como refletir sobre o progresso realizado até agora e sobre o trabalho que ainda precisa ser feito para alcançarmos uma sociedade mais igualitária e justa para todas as mulheres.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, liberdade e cidadania. **Revista Brasileira Estudos de Pedagogia**, Brasília, ano 2000, n.197, p.5-13. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1315/1054> Acesso em 5 jun. 2023.

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Abrigar, educar e instruir: a política higienista e a educação de meninas desvalidas nas instituições de assistência do Pará. **Educar em Revista**, Curitiba, ano 2018, n. 70, p. 137-152. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VhkCLYqkLsGM6NWDnpqHvpp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 18 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70, Abril, 2016.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. **A questão da disciplina na prática de educação da criança, no Brasil, ao longo do século XX**. Veritati: Revista da UCSaL, n. 2, p. 243-259, 2002 Tradução . . Acesso em: 30 nov. 2022.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Pepsic**: Periódicos Eletrônicos em Psicologia, São Paulo, v. 3,

1997.

COSTA, Luiz Tadeu. FRAIHA, Suzete Montalvão. Colégio Gentil Bittencourt: histórias em perspectivas de um potente museu de educação, em Belém do Pará, Amazônia, Brasil. **MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE**, Vol. 9, nº17, Jan./ Jul. de 2020.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Da naturalização do papel social da mulher à função de professora: Reflexões sobre o ideal de formação no IEEP-Estado do Pará. DOI10.5216/o.v6i1.9315. **OPIS**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 79–95, 2010. DOI: 10.5216/o.v6i1.9315. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/9315>. Acesso em: 4 jul. 2023.

CUNHA SILVA, T. helena; SABINO, E. B.; SILVA, L. S.; SILVA ARAUJO ALVES, L. M. As Práticas educativas da congregação Filhas de Sant'ana na educação das meninas desvalidas do Pará no início do século XX. Olhares: **Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 217–230, 2019. DOI: 10.34024/olhares.2019.v7.9676. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/9676> Acesso em: 23 jun. 2023.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. **Órfãs e desvalidas**: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893 1931). 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13657/1/OrfasDesvalidasFormacao.pdf> Acesso em: 24 jun. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In PRIORI; Mary Del (Org.) História das mulheres no Brasil, São Paulo: v. 2, p. 443-481, 1997.

MACHADO, Rita Corrêa, Samantha. **Nísia Floresta**: Pensamento pedagógico-feminista. Revista Cocar, Belém-Pará, v. 16, p. 1-16, 30 mai. 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. **Revista USP**, São Paulo, ano 98, p. 46-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/27026/28800>. Acesso em: 7 mar. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NUNES, Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves. "O velho" Lemos como transformador do Orphanato Municipal de Belém (1893-1903). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Vol. 12 N° 24, Julho - Dezembro de 2020.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SILVA, Livia; SABINO, Elianne. História, mulher e educação na Amazônia paraense na primeira metade do século XX. **Revista Cocar**, Belém-Pará, v. 15, p. 1-20, 01 dez. 2021.

SOUSA, C. M. P. de. Fragmentos da história da educação no Pará no início do século XX: Instituto Gentil Bittencourt, origem, organização e concepções pedagógicas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 62, p. 144–156, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i62.8640498. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640498> Acesso em: 6 jun. 2023.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão de. LIMA, Maria do Socorro Pereira. Reflexões sobre a materialidade escolar do Instituto Gentil Bittencourt em Belém do Pará: história, artefatos e arquitetura escolar. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, e18101321050, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21050>



*DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° documentos /2023 - ICED (11.32)*  
*(N° do Documento: 23)*

*(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)*

*(Assinado digitalmente em 02/08/2023 11:42 )*  
*ADRIANE RAQUEL SANTANA DE LIMA*  
*PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR*  
*ICED (11.32)*  
*Matrícula: ###101#6*

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **23**, ano: **2023**, tipo:  
**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **02/08/2023** e o código de verificação: **2724c20859**